

## **Discurso na posse da nova diretoria da Adusp (2015-2017)**

Os tempos atuais têm sido muito difíceis para a maioria da sociedade brasileira. Dificuldade essa que permeia o econômico, o político e [sobretudo] o social.

Desde o final do século passado, mais especificamente a partir dos anos 90 e, em especial, a partir dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), os setores dominantes empreenderam — com o aval de parcelas sociais outrora consideradas progressistas — uma reforma do Estado de cunho neoliberal, cuja principal consequência foi tornar estrutural a exclusão, o abismo social, que apesar de não se constituir num dado novo, antes era propalado como sendo apenas conjuntural.

Passou-se a adotar a “administração pública gerencial [que] inspira-se na administração de empresas...”, por meio do tripé privatização, terceirização e “publicização” (Bresser Pereira, 1995). Em resumo, passou-se a estruturar, sob os signos da “modernidade” e da “governabilidade”, um “novo” Estado: mínimo, no que se refere aos anseios da maioria da sociedade e máximo, no que diz respeito aos interesses da elite predatória, brasileira e internacional.

Apesar da denúncia e da resistência empreendida pelos setores sociais mais atentos, acreditamos que foram poucos os que, talvez, se deram conta da perversidade desse empreendimento, em especial porque ele se deu permeado por um discurso de pretensa defesa da democracia, da moralidade, da ética e, sobretudo, da inclusão social.

Foi fantástico o poder desse discurso ideológico, que ainda continua! E, dentre as pessoas que continuam a propagar esse discurso, há aquelas que ainda acreditam nele, mas há também muitas que o fazem por conveniência própria e sequer ficam coradas! Mas, cá entre nós, está cada vez mais difícil distinguir ingênuos de irresponsáveis ou, dito de outra forma, está cada vez mais difícil distinguir parceiros potenciais de inimigos de classe...

Do ponto de vista legal essa reengenharia passou a ser positivada mais especificamente a partir da emenda constitucional nº 19 (4/6/1998), que alterou a administração pública, e da emenda constitucional nº 20 (15/12/1998), que modificou o sistema de previdência social.

Com a eleição de Lula da Silva a classe trabalhadora levitou, pensando ter chegado ao paraíso. E não era para menos, só que nem todos se deram conta do significado da aliança política que permitiu tremenda façanha — ter chegado ao

governo, o que é diferente de tomar o poder. Ou seja, não ficaram amplamente explícitos os meios utilizados nesse empreendimento, que não teve como base uma plataforma política digna dos interesses da maioria da sociedade brasileira. Afinal, a *Carta ao povo brasileiro* (Lula, 22/07/2002) não foi endereçada ao conjunto da sociedade e se não nos demos conta naquele exato momento não foi preciso muito tempo para que nos certificássemos disso...

Daí a continuidade e, em várias áreas, o aprofundamento de políticas adotadas nos dois governos de FHC, sobretudo no que diz respeito às questões econômicas, mas não só. Ao mesmo tempo em que os governos Lula e Dilma insistem nas políticas econômicas neoliberais, persistem a corrupção, a sonegação e a evasão fiscais. Permanece intacto, também, o pagamento de juros extorsivos a banqueiros nacionais e internacionais.

Assim, algumas reformas realizadas pelo governo federal têm sido muito prejudiciais à sociedade e às universidades. Com a reforma da Previdência, os servidores públicos foram desrespeitados e a aposentadoria integral foi apontada como responsável pela falta de investimento na área social. Na realidade, essa reforma institui mais instabilidade no futuro da Previdência e permite a transferência de recursos, em especial para o sistema financeiro.

As universidades continuam sendo alvo de campanhas de descrédito, apontando-se para a sua privatização, em particular via incentivo às fundações de direito privado, ditas “de apoio”, falaciosamente consideradas como recurso para a melhoria de sua qualidade. Além disso, a intensidade do nosso trabalho continua aumentando e os salários permanecem insatisfatórios.

Reforçados por e reforçando esse contexto anti-social, o governo Alckmin tenta posar de bom-mocismo, mesmo exacerbando no trato de políticas neoliberais, encontrando nas autoridades universitárias constituídas uma subserviência oportuna, o que permite a reverberação de conseqüências muito nefastas nas três universidades estaduais e no Centro Paula Souza. Parênteses: curiosamente, o chamado “picolé de chuchu” continua inatingível — será que estaria revestido de teflon? Se nem a “crise hídrica” o atingiu... É preciso questionar: até quando?

Mas, voltando: esse contexto não é compatível com uma universidade responsável, academicamente forte e construtora de saberes que beneficiem a todos, contribuindo para a emancipação da sociedade. Para muitos colegas, a dificuldade de resistir a esse processo — pretensamente inexorável — induz a perspectiva de buscar saídas individuais, que além de não resolverem problemas estruturais, reforçam distorções contra as quais se faz necessário continuar a

lutar. E sucessivas administrações universitárias tudo fazem para que vingue tal modelo individualista, indutor de produtivismo a qualquer custo.

O projeto de reforma da educação superior apresentado pelo MEC reduz os investimentos em educação pública, reforça as parcerias público-privadas e o Projeto Universidade para Todos (ProUni) pode criar a ilusão de garantia de acesso a um ensino superior de boa qualidade nos menos favorecidos. Sem contar a adoção do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), mas só para quem quisesse “aderir”, claro! O que dizer do novo formato do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec, o “ProUni do Ensino Técnico”)?

E a lista não para aí. O que dizer ainda de delegar a gestão dos hospitais públicos à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)? Ademais, como entender a capitulação do Poder Judiciário às políticas governamentais, a chancela do Supremo Tribunal Federal (STF), permitindo que Organizações Sociais (OS) assumam funções inerentes ao Poder Público em todas as áreas de sua responsabilidade?

Em São Paulo, a expansão das universidades estaduais e do Centro Paula Souza, de 1995 (quando conquistamos a destinação dos 9,57% do ICMS-QPE) para cá é exemplo cabal da política do “toma lá, sem o dá cá...”, incluindo o fato de que Alckmin surrupiou do dicionário o verbo *adimplir*, ou seja, cumprir contrato! É possível tamanha insensatez? Referimo-nos ao descumprimento dos prometidos adicionais de 0,07% do ICMS-QPE à USP pela incorporação de Lorena; de 0,05% à Unicamp pela criação do *campus* de Limeira, e da expansão da Unesp sem recursos perenes adicionais...

A Lei de Inovação Tecnológica beneficia o setor privado e dificulta a socialização do conhecimento. Os projetos do governo federal para a reforma sindical e trabalhista tentam retirar direitos conquistados há muito tempo pelos trabalhadores. E não só tentam como de fato retiram tais direitos, no que têm sido exemplarmente seguidos pelo governo do Estado e pelas administrações das universidades paulistas e do Centro Paula Souza.

Para enfrentar o arrocho de salários, a fome, o desemprego, a violência e a falta de serviços públicos de boa qualidade é necessário combater amplamente todos os interesses que dificultam ou impedem a justiça social. É imprescindível que cada brasileiro e brasileira tenha acesso à saúde e à educação de boa qualidade.

O exercício pleno da cidadania exige, no mínimo, a garantia de tais direitos. E

nós sabemos que, apesar de ser apenas um dentre outros direitos, a educação de boa qualidade aumenta a probabilidade de lutar pelo atendimento de outros direitos sociais, na medida em que contribui para a conscientização, ou seja, para a “consciência que leva à ação”.

A diretoria que hoje toma posse faz parte da Participação, articulação política constituída por um conjunto de colegas de várias unidades da USP que tem dedicado parte significativa de seu tempo, nos últimos trinta anos, às atividades desenvolvidas pela Adusp. Consideramos fundamental a organização de todos os docentes para, em síntese:

Persistir na luta por uma universidade que seja pública, gratuita e democrática;  
Defender as nossas condições de vida e trabalho;  
Promover o debate amplo de idéias e propostas de interesse geral da sociedade;  
Intervir organizadamente nessas questões de interesse da sociedade.  
Entendemos sim que esses quatro eixos sintetizam o que continuamos a propor e que a diretoria que hoje toma posse continuará a encaminhar.

E não é demais registrar aqui o posicionamento cotidiano e firme da Adusp no duro embate entre Reitoria e corpo da universidade: criminalização do movimento social, desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), estrangulamento do Hospital Universitário (HU), implantação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) sem nenhum estudo de impacto, entre tantos outros despropósitos.

A Adusp é reconhecida nos níveis sindical, institucional e social. Sua capacidade de luta tem sido fundamental para a defesa das nossas condições de vida e trabalho, bem como de recursos para a sustentação das universidades públicas. As greves vitoriosas de 2000, 2004, 2007 e 2014, os embates contra as punições arbitrárias da CERT e contra os contratos precários e a defesa de professores injustamente punidos são exemplos constantes, e também recentes, da atuação da Adusp.

Tal combatividade resultou na substituição da avaliação individual pela avaliação institucional, no Regimento da USP, avaliação esta que é preciso construir, pois vem sendo flagrantemente usurpada pela CERT sob a responsabilidade direta do reitor; na aprovação, pelo Conselho Universitário, da exigência de que o ingresso na carreira docente se dê exclusivamente por concurso público; na continuidade do programa de abertura de concursos públicos para regularizar a situação dos precários; entre outras conquistas.

As lutas contra as fundações privadas na USP e contra os cursos pagos

permaneceram e permanecem como eixos importantes de atuação do sindicato no último e no próximo período. A ação em questões mais gerais, que afetam a sociedade como um todo, também tem sido expressiva, merecendo destaque a luta contra as modificações na Previdência nos âmbitos federal e estadual e a importante contribuição da Adusp na construção do Plano Estadual de Educação-Proposta da Sociedade Paulista, ainda em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Este PEE tem agora uma importante atualização, por dedicação quase exclusiva do GT-Educação da Adusp, tendo dado entrada na Assembleia Legislativa em 23/6.

Entendemos que a USP precisa recuperar a efervescência que vem da reflexão e da discussão política, sem as quais não terá um desempenho compatível com as responsabilidades efetivas de uma universidade pública. E a Adusp tem um papel importante a cumprir nesta tarefa: continuar o que tem feito ao longo dessas três décadas... Nesse sentido, consideramos importante mencionar a necessidade de fortalecer os laços de companheirismo, solidariedade e atuação conjunta: docentes, funcionários e estudantes.

Ademais, é necessário que, no âmbito do estado de São Paulo, estejamos cada vez mais unidos às entidades que representam os trabalhadores na Educação Básica, em especial dos setores que se organizaram por meio do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep-SP), para que possamos continuar a nossa luta conjunta por uma educação pública, gratuita, laica e de boa qualidade para toda a sociedade paulista.

Uma de nossas principais qualidades é a de persistir na luta pela utopia que defendemos — isso tudo nos é muito caro... continuaremos!

Em nome da nova Diretoria,

***César Augusto Minto***

São Paulo, 26 de junho de 2015

(o mandato começa em 1º/7/2015)